

A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR PEDRO POMAR: UMA LUTA POR EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO POLÍTICA EM PERIFERIAS URBANAS

THE EXPERIENCE OF POPULAR PREESTIBULAR PEDRO POMAR: A FIGHT FOR POPULAR EDUCATION AND POLITICAL FORMATION IN URBAN PERIPHERIES

Maria Tereza Goudard Tavares*
Adrielle Karolyne Sousa Lisboa**

RESUMO: O presente artigo, que é fruto de uma pesquisa em andamento, objetiva inventariar e atualizar a luta por educação, em especial de um grupo de mulheres negras que fazem parte de um coletivo de estudantes do Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar; pré-vestibular este, situado em Niterói, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Do ponto de vista teórico-metodológico, fundamentadas em trabalhos anteriores produzidos no interior do Núcleo de Pesquisa Vozes da Educação, vimos optando pela pesquisa qualitativa de natureza etnográfica e participativa, na qual a pesquisa é concebida como uma experiência de conhecimento, e o trabalho de campo, longe de ser apenas um trabalho de coleta e produção de dados, ou de produção de conhecimentos e questões, possibilitando assim, um movimento de ação-reflexão-ação coletiva sobre o(s) processo(s) de produção do conhecimento, corroborando o que Santos defende como o papel político e epistêmico da pesquisa numa perspectiva emancipatória. Nesse percurso, provocadas pela força política, pedagógica e discursiva das longas lutas de mulheres pelo direito à educação, assumimos, no presente artigo, o pressuposto conceitual e político de que uma teoria é um dispositivo analítico para melhor conhecer o que ainda não sabemos, e também para produzir *suspeições e estranhamentos* naquilo que se apresenta como familiar, como, por exemplo, o descaso dos poderes públicos com a (re)produção da vida das classes populares, em especial a questão de sua escolarização. Procuraremos contextualizar o Pré-vestibular Popular Pedro Pomar, trazendo alguns elementos de seus repertórios de ação.

Palavras-chave: Movimento social; Mulheres negras; Direito à educação; Universidade pública.

* Realizou pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: mtgtavares@yahoo.com.br

** Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: driellelisboa@gmail.com

ABSTRACT: This article, which is the result of ongoing research, aims to inventory and update the struggle for education, especially from a group of black women who are part of a group of students of the Pre-College Popular Pedro Pomar; pre-university entrance exam, located in Niterói, in the metropolitan region of the State of Rio de Janeiro. From a theoretical-methodological point of view, based on previous work produced within the Voices of Education Research Center, we have opted for qualitative research of an ethnographic and participatory nature, in which research is conceived as a knowledge experience. , and the field work, far from being just a data collection and production work, or the production of knowledge and questions, thus enabling a movement of collective action-reflection-action on the process (s) of knowledge production, corroborating what Santos defends as the political and epistemic role of research in an emancipatory perspective. In this course, provoked by the political, pedagogical and discursive force of women's long struggles for the right to education, we assume, in this article, the conceptual and political assumption that a theory is an analytical device to better know what we do not know yet, and also to produce suspicions and strangeness in what presents itself as familiar, as, for example, the neglect of the public powers with the (re) production of the life of the popular classes, especially the issue of their schooling. We will seek to contextualize the Pre-College Popular Pedro Pomar, bringing some elements of his action repertoires.

Keywords: Social movement; Black women; Right to education; Public university.

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O PRÉ-VESTIBULAR POPULAR PEDRO POMAR

O Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar (PVPPP) funciona desde 1996, nas dependências da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, na Universidade Federal Fluminense (UFF) ele foi criado durante a gestão do diretor Carlos Alberto Mendes. A Escola de Enfermagem fica localizada no centro de Niterói, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, situada próximo ao complexo de favelas do Morro do Estado, que foi denominado como bairro pela Lei municipal 4.895 em 1986. O Morro do Estado é considerado uma das maiores favelas da cidade em número de habitantes e em densidade demográfica. A Chácara, como é chamada por moradores, e o morro do Arroz fazem parte do complexo de favelas que compõem o Morro do Estado, todavia a Chácara é a favela que fica espacialmente mais próxima da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa. Vale ressaltar que, na atualidade, traficantes de drogas do complexo do Morro do Estado costumam

se confrontar permanentemente entre si e com a polícia pela disputa de pontos de drogas.

O fato de o PVPPP situar-se territorialmente no centro da cidade possibilita que estudantes, professores e coordenadores/as que moram em São Gonçalo (sendo estes a maioria no Projeto) façam parte do movimento, considerando uma maior facilidade financeira oriunda da mobilidade urbana, levando-se em conta que a passagem dos coletivos em Niterói é uma das mais caras do Brasil.

Inicialmente, o PVPPP era vinculado ao Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), movimento pautado fortemente em promover a inclusão da população negra nas universidades públicas. De acordo com relatos de coordenadores/as antigos o PVPPP foi criado por militantes estudantes da UFF, que eram filiados ao Partido dos trabalhadores (PT) e ligados ao movimento negro. Nessa época a coordenação pouco funcionava de maneira coletiva, as decisões eram concentradas na maioria das vezes em uma figura central de um coordenador.

Em 1999, houve alguns embates políticos internos sobre os caminhos que o até, então núcleo do PVNC, seguiria. Um grupo defendia que o movimento precisaria avançar na luta com uma concepção mais classista, norteadada para a transformação radical do sistema, enquanto outro grupo desejava permanecer vinculado ao Pré-vestibular para negros e carentes, pois compreendia que a luta seria por meio da inserção de pessoas negras e conseqüentemente pobres em espaços socialmente negados. É incontestável que ao desejar neste momento do projeto, evidenciar a luta de classe, não era desconsiderada a luta de raça, perspectiva latente no movimento, desde o princípio de seu funcionamento.

Posteriormente, após a decisão de romper com o PVNC nos anos 2000 o nome do projeto mudou para Malcon-X, que foi um dos maiores defensores e ativista dos direitos negros nos Estados Unidos, sendo assassinado em 1965. Entretanto, na concepção de seus coordenadores/as, as concepções evidenciadas a partir do nome do projeto, ainda não deixavam nítido o caráter classista que o pré-vestibular desejava evidenciar. De acordo com isso, os

envolvidos nesse movimento se debruçaram em torno de compreender a teoria marxista e se identificaram com alguns documentos escritos por Pedro Pomar, sobre a guerrilha do Araguaia. A partir desse novo posicionamento político, o projeto foi renomeado como Pedro Pomar, militante na época da ditadura Militar e que ajudou a fundar o partido comunista no Brasil, sendo morto pelo regime da época.

As mudanças de nome em prol de uma recomposição de sua identidade reforçam o caráter social e inclusivo do projeto, sobretudo o seu caráter militante e comprometido com a inclusão e a democratização do conhecimento junto à população subalternizada do Estado do Rio de Janeiro. Leia-se jovens, pobres e negros e oriundos da escola pública, prioritariamente. E ainda na atualidade, o Projeto continua com essa concepção e intencionalidade.

As intenções políticas e pedagógicas do PVPPP não se resumem apenas na aprovação no vestibular, por mais que essa intencionalidade atravessasse todo o trabalho desenvolvido no PVPPP. Porém o principal objetivo é a formação humana e política ampliada dos estudantes, coordenadores/as e professores/as que participam do projeto anualmente. Esse objetivo eminentemente político implica em discutir com docentes e discentes as desigualdades sociais, raciais e de gênero que permeiam a sociedade brasileira, e que se revelam no interior das escolas e da universidade pública. De modo geral, na fundamentação pedagógica do projeto, acredita-se na Educação Popular como um dispositivo de luta fundamental nas transformações das desigualdades educacionais, principalmente quando pensada como prática de liberdade, como nos ensina Paulo Freire (2014).

Do ponto de vista da composição dos sujeitos e da representação de sua identidade coletiva, em linhas gerais, o Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar é constituído por mulheres e homens na faixa etária de 17 a 50 anos. A maioria dos sujeitos que participam do projeto são mulheres e homens trabalhadores/a que conciliam a sua jornada de trabalho com a atuação no projeto, seja como estudantes, coordenadores/as ou professores/as. O maior número dos estudantes presentes nesse espaço é a primeira pessoa da sua família a tentar o ingresso em uma universidade pública, sendo a grande

maioria, do ponto de vista étnico-racial, negra, nascida e criada nos bairros pobres e populares da periferia de Niterói e São Gonçalo ou, migrantes dos estados do norte e/ou do nordeste brasileiro, oriundas dos fluxos migratórios produzidos pelo capitalismo desenvolvimentista ao longo das últimas décadas.

Alguns dos estudantes que participam do projeto retornam ao Pré-vestibular na expectativa de contribuir, seja como educador/a ou como coordenador/a, mantendo desta forma, uma forte rede de solidariedade com o Pré-vestibular. Entretanto, ao longo da sua trajetória, o PVPPP vem tendo a sua coordenação composta majoritariamente por mulheres negras, questão muito importante em nossa pesquisa, que está em fase de realização.

Do ponto de vista de sua concepção pedagógica, o PVPPP nutre-se de uma perspectiva da educação popular de cunho freireano, que busca compreender e investir nas lacunas deixadas durante todo o processo de escolarização formal, levando em consideração a experiência aprendida pelos jovens nas famílias, nas igrejas, nas favelas e bairros populares, e principalmente nos movimentos sociais que muitos jovens do PVPPP participam.

Este cenário, embora apresentado de forma breve, nos mostra que a construção e implementação de políticas públicas de educação em contextos periféricos, em especial os seus desafios, assim como avanços e dificuldades que hoje se apresentam na busca pela justiça social e pelo direito à educação - têm sido fruto de lutas acirradas entre diferentes atores, produzindo tensões entre as inúmeras escalas de poder político e econômico, principalmente nas áreas periféricas das grandes metrópoles brasileiras.

A CONSTITUIÇÃO DOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO À EDUCAÇÃO: A LUTA DO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR PEDRO POMAR COMO UM MOVIMENTO SOCIAL URBANO

Na década de 1970, já existiam no Rio de Janeiro, registros de cursos Pré-vestibulares para grupos socialmente desfavorecidos, oriundos das classes populares, porém este movimento se intensificou a partir dos anos 1990 por

todo o país levantando debates sobre questões raciais e as desigualdades na escolaridade, que ficam mais evidentes durante os processos seletivos para o ingresso nas universidades públicas, o vestibular.

A ideia da constituição de cursos pré-vestibulares para grupos socialmente desfavorecidos remonta, pelo menos, a década de 1970. Há registros que localiza em 1976 a criação de um curso voltado para negros, organizado pelo Centro de Estudos Brasil-África no Rio de Janeiro. Nascimento (2002, APUD, SANTOS; EMERSON, 2010, p.88).

Este movimento contribuiu para a criação de políticas públicas que tendem a facilitar o ingresso e a permanência das classes populares nas Universidades públicas.

Conforme Vasconcelos (2015), com a expansão dos movimentos de Pré-Vestibulares na década de 1990, um dos cursos mais significativos foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um forte movimento criado na Igreja Católica/Pastoral do negro, e por vertentes do movimento negro.

Ainda segundo Vasconcelos:

Três anos depois, inspirado no curso Cooperativa Steve Biko, no curso para os trabalhadores da UFRJ e na Mangueira Vestibulares, é fundado o PVNC. O primeiro núcleo foi criado em São João de Meriti, e a partir dele houve uma forte difusão dos pré-vestibulares populares ou comunitários pelo estado e pelo país. Hoje são centenas de cursos pelo país todo, sejam eles comunitários, populares, ligados ao movimento negro, a igrejas ou a universidades. (VASCONCELOS, 2015, p.372).

Em 1999, iniciou-se um declínio nos núcleos do PVNC, mesmo com a diminuição dos núcleos vinculados ao PVNC, não se tratava do fim do movimento, mas sim de uma reorganização com o surgimento de outros cursos autônomos, como Educação e Cidadania para Afros descendentes e Carentes (EDUCAFRO), o Movimento dos Sem Universidade (MSU) construindo um movimento cada vez mais plural. (VASCONCELOS, 2015)

Com a expansão dos cursos pré-vestibulares, houve uma enorme diversificação, e com isso o surgimento de cursos de várias origens e tipos. Diante disso, ampliaram-se as demandas em torno de políticas públicas que atendessem a esses jovens, em grande parte oriundos de escolas públicas

localizadas em periferias urbanas. Os vários grupos começam a intensificar suas reivindicações com o objetivo de tornar o ingresso em uma universidade pública de qualidade possível, além de políticas que tornassem real a permanência e o sucesso desses estudantes nas universidades.

Dentro dessa perspectiva, o professor e pesquisador Renato Emerson Santos nos afirma que:

Se hoje temos um conjunto amplo e diverso de políticas públicas (federais, estaduais e municipais) para a democratização do ensino superior, isto se deve à luta dos pré-vestibulares populares, que colocaram esse tema na agenda pública nos últimos quinze anos. (SANTOS, 2010, p.85).

Cotas raciais, bilhete único universitário (cartão utilizado para o transporte de estudantes universitário na cidade do Rio de Janeiro), restaurantes universitários, bolsa permanência, criação de programas para o ingresso das classes populares nas universidades privadas, essas são algumas das políticas públicas alcançadas por luta de movimentos sociais em defesa do direito à educação, entre eles dos cursos Pré-Vestibulares. Porém, ainda estamos distantes de um ensino superior democrático para todos e todas. A própria política de cotas presentes nesse cenário como ação afirmativa de travessia para atenuar esse abismo de acesso das classes populares ao ensino superior, vem sendo constantemente atacadas, sofrendo um grande refluxo no bojo das políticas educacionais recente. As classes populares nos últimos anos conseguiram alcançar o ensino superior, em sua maioria por meio de ações afirmativas estabelecidas como medidas provisórias para atenuar as desigualdades, nesse caso educacional.

Como nos mostra os dados do IBGE, no ano de 2015:

Em 2004, 16,7% dos estudantes pretos e pardos com 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior, segundo a pesquisa, esses números cresceram para 45,5% em 2014. Para a população branca, essa proporção passou de 47,2%, em 2004; para 71,4%, em 2014. Ou seja, o percentual de pretos e pardos no ensino superior em 2014 ainda era menor do que o percentual de brancos no Ensino Superior dez anos antes. (IBGE, 2015)

Contudo, mesmo com essas políticas, atualmente, as carteiras das universidades públicas ainda são majoritariamente ocupadas por uma classe média branca e temos no Brasil aproximadamente 18 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever compondo um índice elevado de analfabetismo no país. (IBGE, 2010).

Diante desses dados reside uma das questões mais importantes e desafiadoras às nossas tentativas analíticas e conceituais: quem são os sujeitos coletivos que ilustram esses dados? Como se representam e são representados em espaços de lutas por educação como o pré-vestibular popular Pedro Pomar, bem como pelos demais atores em conflito e/ou alianças? Para responder essas questões é necessário apresentar, mesmo que de forma breve o conceito de movimentos sociais.

Segundo a pesquisadora Angela Alonso (2009), do ponto de vista das Ciências Sociais, o termo “movimentos sociais” foi criado no início dos anos sessenta do século passado com vistas a nomear multidões que se manifestavam nas ruas exigindo mudanças pacíficas (“faça amor, não faça a guerra”), aparentemente desinteressadas de pressionar o Estado por algum tipo de poder. Nessa perspectiva, o termo movimentos sociais vem assumindo nas últimas cinco décadas diferentes significados e sentidos, fundamentados em distintas teorias (TOURAINÉ, 1977, MELLUCI, 1989, GOHN, 2010, ALONSO, 2009 e TARROW, 2009).

Ainda segundo Alonso (2009), tais teorias construíram os seus principais fundamentos políticos e epistêmicos em confronto à teoria marxista, à concepção de revolução social, ao protagonismo das classes trabalhadoras e do operariado urbano. Para esta autora (idem), as configurações destes movimentos, os modos de luta e os seus repertórios de ação buscariam explicitar modos distintos do movimento operário e fabril. E que estes movimentos sociais se caracterizariam pela heterogeneidade de seus atores, pela origem não operária de suas lideranças e da composição de seus membros, pelo repertório de ação distinto das mobilizações tradicionais do operariado fabril, pela utilização de passeatas e manifestações de massa nas ruas como forma de expressar e reivindicar suas demandas.

O que o trabalho de campo junto ao Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar tem nos apresentado com dados contundentes, que *falam* e nos obrigam a uma compreensão mais complexa das dificuldades de fissurar essa representação negativa dos movimentos sociais, é o caráter de classe, de gênero e de raça desse movimento, ou seja, a sua interseccionalidade (MIGUEL, 2014), sendo fundamental a construção de uma análise mais complexa sobre a presença maciça de mulheres negras e, sobretudo, pobres na luta pelo direito à educação.

Sobre o conceito de classe, reiteramos nessa afirmativa, em diálogo com E.P. Thompson (1987), que o conceito de classe pode ser compreendido a partir das ações dos sujeitos, e do modo como suas experiências atuais ou herdadas interferem na formação da classe.

Na perspectiva thompsoniana, a consciência de classe acontece:

Quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p.9).

Em diálogo com essa perspectiva, entendemos hoje que a questão de gênero constitui um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social mais amplo. Isso significa afirmar que, onde existem desigualdades estruturais e conjunturais que atendem a padrões de gênero, também são definidos posicionamentos relativos ao papel de mulheres e homens, ainda que a questão de gênero não possa ser compreendida de maneira isolada, mas em profunda vinculação com as questões de classe, de raça e sexualidade.

Nessa perspectiva, o surgimento dos Pré-vestibulares Populares foi pautado, entre outros objetivos, na intenção de discutir, desvelar, e combater a

desigualdade racial e de gênero incontestável presente em todas as escalas da sociedade brasileira, inclusive nas Universidades.

O PVPPP promove ainda *microações afirmativas* (JESUS, 2015) na sua estrutura curricular, tais como, oficinas de escuta e diálogo entre mulheres negras, debate em torno de temas de interesses da população negra, entre outras questões que promovem discussão e fortalecimento desses sujeitos.

Defendemos do ponto de vista político e epistêmico que os/as estudantes negros e negras devem ter direito a estar inseridos em espaços que lhe foram historicamente negados, sendo que a trajetória dos Pré-vestibulares populares se traduz historicamente por configurar espaços de educação popular e de empoderamento dos jovens que o procuram, se orientando por outras vertentes políticas, além da questão racial, como por exemplo, uma educação laica para uma sociedade mais justa social e ambientalmente.

Acreditamos que esse contexto de tanta diversidade e desigualdades, no qual a interseccionalidade das questões de classe, gênero e raça nos parece evidente, torna-se urgente de serem estudados e problematizados pelos sujeitos que constituem o pré-vestibular popular Pedro Pomar, em especial, por nos possibilitar a compreensão dos mecanismos de reprodução e enfrentamentos das desigualdades econômicas, de raça e gênero em nossa sociedade, além de propiciar um debate sobre o racismo presente e silenciado entre os/as estudantes e coordenadores/as do pré-vestibular popular Pedro Pomar. Estudar e investigar as lutas desse movimento, mesmo que ainda de forma inicial, nos remete ao desafio de reconhecer que a sociedade civil não está em silêncio, e que suas vozes parecem ressoar mesmo que ainda não estejam sendo ouvidas em suas reivindicações.

E nos lastros desses movimentos, nos parece fundamental investigar e compreender de que forma os movimentos sociais reforçam, questionam e radicalizam os princípios da educação popular na contemporaneidade? E as lutas do pré-vestibular popular Pedro Pomar, em que medida se atualiza no território? Continuam sendo uma luta (apenas) dos estudantes pobres e negros, em especial de jovens negras pobres?

Não obstante, do ponto de vista do trabalho em pré-vestibulares, bem como a própria demanda e luta por esse equipamento educativo, historicamente tem sido uma experiência na maioria das vezes de gênero: uma questão das mulheres. Temos clareza de que a produção dessa questão é muito mais complexa, e mereceria muito mais aprofundamento do que estamos dedicando a ela no corpo do presente artigo. Tal aprofundamento, porém, requereria outras intencionalidades, além de outro trabalho de pensamento não previsto no escopo do artigo em tela.

Estudar esse recrudescimento das lutas por projetos em disputa, tanto no nível de questões macro como microsociológicas, nos parece uma questão central na educação popular e nos movimentos sociais, sobretudo pelo caráter histórico da Educação Popular, que nasceu e se consolidou articulada aos diferentes movimentos sociais, sempre buscando uma pedagogia de luta como possibilidade de (auto)formação e de afirmação dos sujeitos populares, homens, mulheres, jovens e crianças como sujeitos políticos, autônomos, solidários e criadores *de mundos no mundo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, EMBORA AINDA PROVISÓRIAS

Quando eu falo do lugar que eu ocupo
eu também falo da história desse lugar.

Djamila Ribeiro, 2017

A citação utilizada como epígrafe para o fechamento, sempre provisório, do presente texto é emblemática do complexo lugar ocupado pelos estudantes pobres, jovens mulheres e homens, negras e negros e os diferentes marcadores sociais que os atravessam. Por exemplo, pensar a trajetória das mulheres negras do PVPPP como protagonistas das lutas pelo direito à educação, é pensar qual o seu lugar de fala nessa sociedade patriarcal, capitalista e brancocêntrica na qual a maioria está inserida. A desigualdade de vida da população negra, tanto quanto aos aspectos econômicos quanto cultural, é reflexo de um dos períodos mais duros da história de nosso país, a escravidão negra, com a duração de mais de trezentos anos e suas marcas

continuam a reverberar de forma contundente nas diferentes opressões que atingem a população pobre e invariavelmente negra no Estado do Rio de Janeiro.

Durante os seus 20 anos de atuação, o Pré-vestibular Pedro Pomar vem se constituindo como um espaço educativo e político que tem possibilitado que inúmeros jovens das classes populares ingressem no ensino superior em diversos cursos e em diferentes Universidades do Estado do Rio de Janeiro. Alguns dos ex-estudantes que passam pelo PVPPP retornam para o projeto como docente, ou para contribuir na sua gestão pedagógica. Infelizmente, o projeto ainda não tem um banco de dados de egressos que possa quantificar esses dados em números reais, atuando de forma mais estratégica junto aos diferentes grupos juvenis nos territórios da cidade.

Do ponto de vista de nossa pesquisa, contextualizar os desafios os “encontros solidários” e as utopias que permeiam a inserção das mulheres negras das classes populares no Ensino superior, significa conhecer e aprofundar as diferentes dimensões sociais que atravessam o ingresso de estudantes negras das classes populares nas Universidades Públicas.

Historicamente, do ponto de vista do direito, a educação brasileira vem se apresentando como um dos principais fatores que contribuem à manutenção e aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil. Esse contexto de desigualdades educacionais contribui para que muitos jovens, em especial negros e negras, oriundos das classes populares, pensem e considerem o ensino superior como algo utópico, vendo a Universidade como um espaço inalcançável. Sobretudo as mulheres negras, pelas condições concretas nas quais estruturam a sua vida cotidiana.

Por isso, as intenções políticas e pedagógicas do PVPPP não se resumem apenas na aprovação no vestibular. O seu principal objetivo é a formação humana e política ampliada dos estudantes e professores(as) que participam do projeto. Esse objetivo eminentemente político implica em discutir e problematizar pedagogicamente com docentes e discentes as desigualdades sociais e raciais que permeiam a sociedade brasileira, e que se revelam no interior das escolas e da universidade pública de modo geral. Acreditamos na

Educação Popular como uma concepção educativa fundamental à luta pelas transformações das desigualdades educacionais, principalmente quando pensamos a educação como prática de liberdade, como nos ensina Paulo Freire (1968).

Por entendermos o papel estratégico (ideológico, geracional, racial, cultural, sexual, educacional e político) do pré-vestibular popular Pedro Pomar na formação integral e humana de estudantes das classes populares, defendemos a luta por educação como uma luta de toda a sociedade. Inclusive pela possibilidade da formação política de jovens negros e negras e de jovens brancos e brancas pobres, que possam vivenciar outros modos de estar no mundo, sobretudo no campo da sua construção identitária e das relações de igualdade de gênero, especialmente ao que tange às formas de reprodução da vida coletiva. Lembramos que, segundo a filósofa negra Bell Hooks, no seu belo livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2013), a educação só pode ser libertadora “quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos de trabalhar” (HOOKS, 2013, P.26), Ou seja, o trabalho educativo pensado como um trabalho coletivo e voltado à autoemancipação de todos e todas, como de certa forma o PVPPP vem buscando produzir em seu percurso de lutas pelo direito à uma educação como formação humana. Uma educação que seja posicionada contra todo e qualquer tipo de opressão: de raça, de gênero, de classe, de orientação sexual. Ainda afirma a pensadora e feminista negra estadunidense que “quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar [...] A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos [...] será também um local de crescimento do professor (HOOKS, 2013, p.35). É pela busca da educação como prática de liberdade, de partilha e de solidariedade, construída através do diálogo e da amorosidade que produzimos a nossa existência, aprendendo a cooperar, resistindo à desumanização que nos ronda, aprendendo a (re)construir o mundo como um lugar de criação, criatividade e cuidado.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ARROYO, M, G. Pedagogias em movimento: o que temos aprender dos movimentos sociais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, pp. 28-49, 2003.
- BRANDÃO, C.R. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- DANIEL, C. Poder local – convergência entre estruturas, forças e agentes: Poder local no Brasil urbano. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 8, n. 24, p. 26-39, 1988.
- FREIRE, P, **Pedagogia do oprimido**. 57. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, P, **Educação como prática de liberdade**. 57. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1968.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2018.
- JESUS, Regina de Fatima. Projeto Construindo e Contando Histórias Infantis- Personagens Negras Protagonizando Histórias. In: **Saberes e fazeres**, v. 5: Modos de brincar/ coordenação do projeto Ana Paula Brandão e Azoilda Loretto da trindade. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho
- MELLUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.
- MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. (Org.). **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

NASCIMENTO, A. **Movimentos sociais e democracia:** os cursos pré-vestibulares populares. Pelotas: Ed. UFPel, 2002.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: 2017.

SANTOS, B. de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

SANTOS, R. E. **Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores:** diálogos entre saberes e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

TARROW, S. **O poder em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON. E.P. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M.; MARTINS, J. S. (Orgs.). **Sociologia e sociedade:** leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

VASCONCELOS, André Tinoco. **Ensino de Geografia, produção do espaço e processos formativos:** dilemas e desafios do ensino nos pré-vestibulares populares. Rio de Janeiro, 2015.

Recebido em: 01/11/2019

Aprovado em: 29/04/2020